



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia nove de dezembro de dois mil e quatorze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia dois de dezembro de dois mil e quatorze foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.488/2014, que “Autoriza o Executivo Municipal a promover a doação onerosa dos imóveis públicos aos permissionários de bens imóveis que menciona e dá outras providências”. O Senhor Presidente informou: “ele vai ler o parecer desse projeto. É o projeto que na reunião passada, só estou explicando aos vereadores que não deu quórum e eu tive que encerrar a reunião”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse: “o que gerou a falta de quórum e a discussão na semana passada, a falta de entendimento, foi a questão desse projeto, se ele vai ser votado em maioria simples ou em maioria absoluta. De acordo com o entendimento deste vereador, ele deve ser votado em maioria absoluta de acordo com o que rege a



Constituição do Município no artigo 52. Agora, eu queria que antes de ele ser colocado em votação, o senhor esclarecesse de que forma este projeto vai ser votado, se ele vai ser votado como um projeto em votação de maioria simples ou para ser aprovado de maioria absoluta”. O Senhor Presidente esclareceu: “a semana passada, a Sua Excelência me perguntou, não sei se a Sua Excelência lembra, eu disse que era maioria absoluta. Maioria absoluta é cinco e mais um voto. E me parece, se eu estiver equivocado me perdoe, que a Sua Excelência confirmou que era maioria financeira que é dois terços. Está lembrado vereador?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “eu questionei vários argumentos. O senhor disse que era maioria simples”. O Senhor Presidente falou: “é porque eu usei o termo maioria simples e não pode, tem que ser maioria absoluta, é cinco mais um voto”. O vereador André Luiz Vieira da Silva indagou: “está ok. Então, esse projeto é maioria absoluta?”. O Senhor Presidente respondeu: “absoluta. E eu disse à Sua Excelência, semana passada, isso vereador, só que às vezes... Eu pensei que a Sua Excelência estava questionando os dois terços, sete votos. Eu calculei que estava questionando isso”. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “é, mas o senhor tinha dito que era maioria simples”. O Senhor Presidente disse: “é, tudo bem, posso até ter falado e ter me equivocado. Se eu falei, eu retiro. Mas eu também lembro que a Sua Excelência estava comparando o projeto igual a um projeto financeiro, que são dois terços”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “é, existe uma série de argumentos que eu me oponho a este projeto. Como eu não tive como fazer o parecer porque o senhor não me deu essa... Eu entendo que eu estava dentro do prazo, eu entendo que eu estava dentro da minha função em requerer o



que o projeto de lei se propõe, o cumprimento das obrigações na permissão de uso. Então, a minha Comissão fez este requerimento e eu pedi um dia de prazo. É importante ficar isso bem frisado, que a Comissão pediu um dia de prazo, eu juntamente com o vereador José Guedes, um dia apenas após a chegada nesta Casa dos documentos que a Comissão considera necessários para que esse projeto seja avaliado, que é o cumprimento das obrigações de permissão de uso por parte dos permissionários, por parte das empresas que vão ser aí agraciadas com esta doação onerosa. Por não ter sido atendido neste quesito é que nós estávamos buscando todos os argumentos para tentar justificar a não aprovação deste projeto. Então, a dúvida maior que pairava era essa em relação à maioria simples ou maioria absoluta. O senhor acabou de tirar a minha dúvida”. O Senhor Presidente falou: “maioria absoluta. Só queria lembrar à Sua Excelência que eu reconheço quando fala que o senhor pediu só um dia, mas o projeto, hoje, vai fazer vinte e um dias na Casa e ele é de urgência. Agora, é só a Sua Excelência encaminhar à Presidente da sua Comissão que ela providenciava os documentos no município, isso é uma prerrogativa que a Presidente teria que fazer, é só o senhor pedir. Se o senhor fez um comunicado à ela, ela fazia isso, eu tenho certeza que ela faria isso”. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “mas foi feito ao Executivo um documento requerendo isso, com a assinatura de dois membros da Comissão”. O vereador Leci Alves Campos disse: “eu gostaria que fosse registrado em Ata o meu entendimento sobre o que é maioria absoluta, o que é maioria simples e o que é votação em dois terços. A maioria simples é considerado o número de vereadores presentes na reunião plenária, a metade mais um dá a vitória para o projeto em consideração à



maioria simples. A maioria absoluta é considerado o número de vereadores eleitos, dez vereadores, a metade mais um, sendo que para um projeto ser aprovado em maioria absoluta precisa de seis votos favoráveis. E em votação de dois terços seriam necessários sete votos favoráveis, como exemplo projeto de cidadania honorária”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira solicitou: “Senhor Presidente, considerando os pareceres favoráveis, eu gostaria que o senhor solicitasse ao Plenário para que este projeto passasse para a sua segunda parte para a gente fazer a primeira e segunda votação hoje”. O Senhor Presidente afirmou: “o projeto tem duas emendas, uma é do vereador Flávio, Gilson, Ângela Lima, Nélio Aurélio e Silvânio. A outra é do vereador José Guedes. A vereadora Ângela Lima está pedindo que o projeto dos empreendedores, pode se tratar assim, passe para a sua segunda parte, seja votado na segunda parte dessa reunião em dois turnos. Se os vereadores concordam que ele passe para a sua segunda parte, permaneçam como estão”. O vereador André Luiz Vieira da Silva falou: “eu discordo”. O Senhor Presidente registrou: “o vereador André Vieira discorda”. O vereador José Guedes disse: “eu também discordo”. O Senhor Presidente afirmou: “o vereador José Guedes discorda”. O vereador Leci Alves Campos falou: “eu também discordo”. O vereador Fausto Niquini Ferreira registrou: “eu me abstenho do voto, Senhor Presidente”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio disse: “eu me abstenho, Presidente”. O Senhor Presidente comunicou: “dois se abstêm, três discordaram e cinco estão a favor. Está passando para a sua segunda parte o projeto. Até porque os votos que se abstêm não se conta como contra, então não precisa nem eu decidir. Ele está passando para a sua segunda parte para se votado em dois turnos. Cinco votos a favor,



duas abstenções, vou citar o nome dos vereadores, vereador Fausto Niquini e vereador Alessandro Bonifácio. Votaram contra, para o projeto não ser votado hoje na sua segunda parte, vereador Leci Alves Campos, vereador André Vieira e vereador José Guedes”. O vereador José Guedes solicitou: “eu gostaria que fossem lidas as emendas dos vereadores para a gente ter ciência”. O Senhor Presidente informou: “vai ler na hora em que eu abrir a segunda parte, de votação. Primeiro eu ponho as emendas para passar, depois o projeto entra junto com as emendas”. 2) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.489/2014, que “Dispõe sobre o direito das pessoas com deficiência visual de receberem o boleto de pagamento de IPTU confeccionado em Linguagem Braille”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 3) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei Complementar nº 1.491/2014, que “Dispõe sobre a regularização fundiária no âmbito do Município de Nova Lima, além de dar outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 4) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei Complementar nº 1.494/2014, que “Institui a Planta Genérica de Valores de Terrenos e a Tabela de Valores de Construções para fins de apuração do valor venal de imóveis para fins de lançamento do IPTU – Imposto sobre a Propriedade no exercício de 2015”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 5) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei Complementar nº 1.495/2014, que



“Altera a Lei Municipal nº 1.914 de 28 de dezembro de 2005 – Taxas, modificando e corrigindo itens e valores em sua respectiva tabela”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio afirmou: “eu só quero registrar a presença do nosso ex-vereador da Casa Ronaldo Faria, o ex-vereador Aquiles Ribeiro e o nosso Presidente do Partido Solidariedade, Paulo Seabra. Quero também parabenizar o Diretor do Cemitério, Tunicão, que está aqui. Final de semana fui no Cemitério, gostei da cobertura lá, tá Tunicão? Um abraço, parabéns pelo o que fez lá, o pessoal precisava”. O vereador Leci Alves Campos falou: “queria aproveitar a presença aqui do Gerente do Cemitério, o Tunicão, para cumprimentá-lo pela cobertura do Cemitério, aliás, foi um requerimento de minha autoria”. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.483/2014, que “Dispõe sobre a autorização para realização de convênios com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais para a cessão de servidores municipais, além de dar outras providências”. Em segunda e última votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção. 2) Projeto de Lei Complementar nº 1.493/2014, que “Revoga a Lei Municipal nº 1.867 de 21/06/2005, além de dar outras providências”. O Senhor Presidente lembrou que na semana passada, a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira solicitou dispensa de interstícios e pareceres, o que foi concedido pelo Plenário. Em discussão, o vereador Leci Alves Campos registrou: “este projeto de lei, o 1.493, está revogando a Lei Municipal 1.867 e, dentro do segundo artigo desse projeto de lei, estamos aplicando a Lei 11.788 da Presidência da República. Eu gostaria que ficasse registrado em Ata que o



artigo décimo segundo da lei federal que está embasado no projeto de lei 1.493, que o estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada. Eu já manifesto aqui o meu voto favorável a este projeto em virtude da necessidade dos estágios na nossa cidade, mas salientando que o Executivo não encaminhou qual vai ser o custo da bolsa desse projeto”. Em primeira e segunda votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção. 3) Projeto de Lei nº 1.488/2014, que “Autoriza o Executivo Municipal a promover a doação onerosa dos imóveis públicos aos permissionários de bens imóveis que menciona e dá outras providências”. O Senhor Secretário proferiu leitura da emenda modificativa ao parágrafo 1º do artigo 6º do Projeto de Lei nº 1.488/2014, de autoria dos vereadores Flávio de Almeida, Gilson Antônio Marques, Maria Ângela Dias Lima Pereira, Nélio Aurélio de Souza e Silvânio Aguiar Silva: “§ 1º. A partir da data da assinatura do contrato de doação onerosa dos bens, o pagamento a que alude a letra “a” do inciso I deverá ser realizado de acordo com uma das hipóteses abaixo relacionadas, a critério do donatário: a) Em única parcela, vencível em até trinta dias; b) Em até vinte e quatro parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencível a primeira em trinta dias, e as demais a cada trintídio superveniente; c) Em até quarenta e oito parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencível a primeira em trinta dias, e as demais a cada trintídio subsequente, sendo que incidirá juros de zero vírgula cinco por cento ao mês e correção monetária, a partir da vigésima quinta parcela”. Em discussão, o vereador Leci Alves Campos disse: “Senhor Presidente, eu gostaria de abster da votação desta emenda”. O vereador José Guedes afirmou: “eu também”. O vereador Fausto Niquini Ferreira falou: “eu também



Senhor Presidente, me abstenho desta votação”. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “eu também”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio disse: “eu também”. O Senhor Presidente afirmou: “cinco estão se abstendo, todos os cinco estão se abstendo, não estão votando contra, estão se abstendo. Está ótimo. A emenda está em discussão, os vereadores que concordam com a emenda, que ela faz parte do projeto, permaneçam como estão”. O vereador Leci Alves Campos falou: “já foi registrada a abstenção”. O Senhor Presidente registrou: “eu já sei. Só falei para o Gilson não ter que levantar. Então, são cinco votos que concordam com a emenda no projeto. Vereador Flávio de Almeida, vereador Gilson Marques, vereador Silvânio Aguiar, vereadora Ângela Lima e vereador Nélio Aurélio de Souza concordam que a emenda faça parte do projeto. Eu tenho a prerrogativa de decidir, estou decidindo que a emenda continue no projeto e faça parte quando for votar o projeto. Aprovado por seis votos, um de minerva do Presidente”. O vereador Leci Alves Campos disse: “não, Senhor Presidente, não foi aprovado por cinco votos. Foram cinco votos, precisa da maioria absoluta, seis votos. Faz parte do projeto. O projeto, maioria absoluta, seis votos favoráveis”. O Senhor Presidente afirmou: “eu não estou votando projeto”. O vereador Leci Alves Campos falou: “a emenda faz parte do projeto, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente registrou: “ela vai passar a fazer. Um minuto. Está bom. Não atingiu a maioria, vou atender à minha assessoria aqui porque eu achei que a emenda poderia. Desculpem-me. Então, ela foi rejeitada. Agora, leia a emenda do vereador José Guedes”. O vereador José Guedes disse: “Senhor Presidente, eu vou retirar a minha emenda e quero justificar. Que este vereador não tem a lembrança nesta Casa de um membro de uma comissão,





principalmente quando o Executivo nega a dar informações. Informações essas... Informações oficiais, por escrito. Eu fui retirado da comissão, quando eu e o André fazíamos parte desta comissão. Eu fui retirado quando esse vereador aguardava as informações do prefeito. Há mais ou menos doze anos, esta Casa tem sido massacrada sobre informações da prefeitura. Nem o Ministério Público tem conseguido arrancar informações favoráveis solicitadas pelos vereadores. Por este motivo, já vou adiantar, eu não voto nesse projeto porque no meu pensamento poderia ter dado... Nós, no meu pensamento, a gente tinha quarenta e cinco dias e como os vereadores de uma comissão vão dar informações se eles, realmente, não foram informados pelo prefeito, pelo seu corpo de secretários. Então, nós estamos sendo massacrados e não é agora com Cassinho não. Com Carlinhos foi de cabo a rabo. Eu pedi, Senhor Presidente, para finalizar, informações. Eu vi em um jornal aí que o prefeito estava à caça dos marajás. Estou terminando, Senhor Presidente, eu fui informado que o prefeito estava à caça dos marajás. Depois de dois anos foi à caça para saber qual funcionário que recebe quarenta e dois mil? Este vereador pediu por escrito, mandaram pela metade. Eu quero o salário dos grandões. Então, eles mandaram vários, muitos de quinze mil, mas com as férias. Esse vereador não quer isso não. Para finalizar, Senhor Presidente, eu pedi informações à Secretária de Esportes, aonde foram gastos vinte e cinco milhões. E ela demorou um mês, eu em cima dela pedindo, todos os dias, ela disse que fez um relatório e comentou na prefeitura que ia fornecer para mim as informações. E posteriormente ela me procurou e disse que teria que ser diretamente com o gabinete do prefeito. Este vereador batalhou, mandou por escrito, pediu umas cinco vezes. Eu cansei de pedir as



informações e ingressei no Ministério Público. Espero que o Ministério Público não peça à Letícia e que ele determine que ela mande a relação porque eu estou por dentro do esporte. Um dia, no teatro municipal, o prefeito falou que construiu três quadras. Não construiu não. Quem construiu foi a Phoenix para passar aquelas carretas que arreventaram o asfalto, atropelaram pessoas. Estou terminando, Senhor Presidente, não vou falar mais nada nessa reunião, só isso. Então, espero que o Ministério Público a obrigue a mostrar onde ela enfiou esses vinte e cinco milhões. A quadra de Santa Rita foi a Phoenix, a da Bela Fama tenho informações que foi da Phoenix, do Galo foi a Phoenix. Aquele ginásio que está sendo construído próximo ao campo do Olaria é verba federal. Consertar, remendar alambrado, dar camisinhas de uma verba de dez mil... Que era dois e quinhentos e este vereador lutou e passou para dez mil. Então, eu estou por dentro do esporte, eu sei os custos. Eu fui por dez anos administrador dos campos de futebol de Nova Lima, inclusive o campo do Villa. Eu sei os custos. E naquele tempo não tinha esse dinheirão, era uma mixaria. Então, me mostra aonde foi feita uma arquibancada. Então, para finalizar, eu vou pedir ao Ministério Público que forneça a esse vereador a caça dos marajás da prefeitura. Eu quero saber. Na rua todo mundo fala ‘vereador ganha trinta mil, é vinte mil, é cinquenta mil’. Vereador ganha seis mil, eu já coloquei meu contracheque lá. Quem ganha muito são as pessoas que trabalham na prefeitura, às vezes ganham muito e produzem pouco”. O vereador Flávio de Almeida afirmou: “Senhor Presidente, estou um pouco rouco, mas a gente tem que pronunciar, não é? Fica uma pergunta, a gente diz o tempo inteiro que o Executivo, que a prefeitura faz isso, que a prefeitura vem repetindo os erros, os erros... Agora fica a pergunta: como



que esta Casa vai produzir esse projeto hoje? Porque o projeto, sem as emendas, vai matar os empresários. Matando os empresários, vão ter que mandar os funcionários embora. Aí eu pergunto, quem realmente produz os erros? É a prefeitura sozinha ou esta Casa vem participando? Eu venho dizendo isso desde quando cheguei aqui, no dia primeiro de janeiro. Aí, Senhor Presidente, vocês vão votar esse projeto? Do jeito que ele está aí? Porque a gente votando do jeito que ele está aí, sem as emendas, nós estamos dizendo para os empresários para eles pegarem a chave e devolverem para a prefeitura. Eles não têm como pagar. As emendas eram exatamente a arte de fazer política. É a de chegar num entendimento. Quando esta Casa se posiciona desta maneira, aí eu vou até dizer uma coisa, o PT é um partido bom demais porque nós estamos vivendo aqui o que nós vivemos no passado. Aí quando o PT, o meu partido, vai lá e ressuscita político morto, a gente assiste aqui de pé. A gente fica vendo isso acontecer. Se, de vez em quando, o nosso partido ouvisse a voz do povo na rua, quando o povo diz não a alguns políticos, a gente vai lá e ressuscita o danado. A terra está caindo e você puxa ele para cima. Então, eu estou, sinceramente, eu estou revoltado. Eu não tenho empresa, eu não sou empresário, eu sou um militar reformado, graças a Deus. Aí eu pergunto, Silvânio, tantas reuniões, Ângela, Gilson, Nélio, para a gente chegar a um entendimento. Vocês vão ter coragem de votar esse projeto assim? Seco? Eu pergunto para vocês porque eu não me dou o direito de perguntar para os outros porque cada um faz da sua vida o que quer. Eu pergunto, e a gente? Nós vamos agora dizer para os empresários entregarem as chaves? Ou vamos parar o projeto? Gente, sinceramente, eu venho para esta Casa tem dia, mas eu venho olhando, assistindo de pé, a gente vê



só... é um teatro isso aqui. É o teatro do requerimento, é a falsidade. O vereador vai ali, ele sabe que a obra vai ser feita, ele corre e faz o requerimento. Ele sabe que a família dá voto, dá um título de cidadão honorário. Então, sinceramente, hoje eu estou aqui, estou dizendo de novo, Presidente, que vergonha. Lê o projeto. Quem leu o projeto? Tenho certeza que teve gente que leu. O Senhor concorda comigo, Presidente, que sem a emenda é a morte dos empresários? Com a devolução das empresas?”. O Senhor Presidente falou: “concordo e, eu, particularmente, na hora em que eu pôr ele em votação porque eu vou ter o prazer de pôr, sem as emendas, eu vou pedir licença a todos os vereadores porque eu quero ouvir todos eles ali, se eles querem que vota como. Porque o único modo que eu tenho de fazer aqui é não votar ou votar a pedido deles. Isso eu vou fazer, vou perguntar todos eles”. O vereador Flávio de Almeida registrou: “estou fazendo uso de um espaço que é meu, posso voltar a usar como líder do PT e a minha revolta aqui... Eu só citei o nome dos vereadores que eu me reuni para tratar sobre o projeto. Quando o Senhor passar a palavra, queria que o senhor passasse a palavra de acordo com o Regimento Interno, de acordo com a minha fala”. O vereador Silvânio Aguiar Silva disse: “Senhor Presidente, eu fui citado pelo vereador Flávio e aí o vereador fez algumas perguntas e eu entendo a pergunta que o vereador fez. A nossa base, perguntou para mim, para o Gilson, para a Ângela, perguntou para o Senhor Presidente. Mas eu queria replicar essa pergunta e eu vou citar nome porque eu gostaria muito de ouvir a explicação do nobre vereador José Guedes. Eu acho que o entendimento dele... E a gente entende e respeita o entendimento dele. Mas nós, essa base... Vereador Leci, vereador André Vieira, vereador Fausto, vereador José Guedes,



vereador Alessandro Luiz Bonifácio, nós ouvimos esses empresários que estão aqui. Quando o vereador Flávio fala que é a morte dos empresários, eu também acredito que sim, que isso possa acontecer sim. Mas esse projeto vem trazer uma justiça para uma instabilidade que esse povo está vivendo hoje. E eu fico imaginando, Senhor Presidente, eu até gostaria de suplicar aqui aos nobres vereadores que repensassem isso que estão fazendo. Que mais uma vez eu digo, eu respeito o posicionamento de todos, mas eu acho uma falta de consideração com os empresários que não tem tamanho. Pensamento meu, eu respeito o que vocês estão fazendo, mas tenho o direito de expressar minha posição aqui. Porque foi o que a gente conversou com eles, nós conversamos com eles aqui nessa sala. Nós conversamos individualmente com cada um dos empresários. Nós ouvimos a Promotora Pública, nós ouvimos o prefeito. Eu acho que esse projeto foi amplamente discutido e ele não significa dizer a vontade única e exclusivamente da Promotora que, a princípio, era o que se questionava aqui. Que se dizia assim ‘olha, mas a Promotora vem trazendo um projeto e tal’, ‘o prefeito traz um projeto que representa a vontade da Promotora’. Eu não sei se isso é verdade, mas é o que vinham dizendo. Aí, de repente, quando a Casa tem a oportunidade de fazer as adequações ao projeto às necessidades, não só dos empresários, que eu acho muito feio essa fala de dizer assim ‘esse projeto vai atender aos empresários’. É mentira, esse projeto vai atender a cidade. Quando nas outras reuniões que a gente viu aqui alguém dizer que a cidade, acho que foi o Pastor André, salvo engano, que a cidade teve recorde de nível de desemprego no mês de outubro, viu Pastor André? Gostaria que o senhor prestasse atenção nisso. O senhor é autor da fala e eu tenho certeza que muito bem fundamentada porque eu o



conheço e sei que o senhor buscou informações para isso, mas o senhor é autor da fala aqui de que Nova Lima era a cidade que representava o maior nível de desemprego no mês de outubro. E a gente aqui, agora, nós podemos estar colaborando para que esse nível de desemprego aumente ainda mais. Eu imagino que seria muito interessante que a gente pudesse repensar essa, quase que na fala do vereador José Guedes, essa vaidade. Quase que na fala dele quase que isso fica muito explícito. ‘Ah, o governo não mandou, não mandou no tempo, então agora eu prefiro não votar’. Quer dizer, o governo não mandou e a gente vai ferrar, me perdoem a má palavra, vai ferrar com a vida dos empresários? Nós vamos ferrar com a vida das pessoas que trabalham lá? E depois ainda mandar a conta para alguém? Eu não acho justo, apesar de mais uma vez dizer, eu respeito o pensamento de quem está votando contra. E eu espero que a população esteja atenta a essas atitudes, a essas ações, porque a gente está aqui representando o povo. Os empresários são o povo, as pessoas que trabalham nessas empresas representam o povo e, de alguma forma, eu acho que é parte nossa, ainda que possam pensar diferente, fazer valer o nosso direito e o nosso dever muito mais de adequar às necessidades da cidade, às necessidades dos empresários. Essa é minha fala e eu volto a repetir, eu acho que a gente ainda tem um espaço de tempo aqui que seria possível a gente repensar essas emendas, rediscutir essas emendas e colocá-las em votação ainda hoje para que a gente possa corrigir esse erro que vem acontecendo aí”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “vereador Silvânio Aguiar, primeiro, me deixa colocar aqui o que eu entendo a respeito de justiça. Eu acho que a maior injustiça é a igualdade porque quando você mede todo mundo da mesma forma, você está cometendo uma injustiça porque,



dependendo do que cada um está fazendo, então um pode merecer mais e outro merecer menos. Então, eu tenho uma visão de justiça talvez diferente da sua. Nessa questão específica, em relação a esse projeto, esse projeto contempla não meia dúzia de empresários que foram com quem nós nos reunimos, inclusive na sede da associação. Ele não contempla só essa meia dúzia de empresários, muito pelo contrário, ele prejudica essa meia dúzia de empresários. Ele contempla uma outra meia dúzia de empresários que não dá as caras nesta Casa, que não quer saber de nada e está torcendo para esse projeto ser aprovado porque vai ser muito beneficiado com terrenos a preço de banana sendo doados pelo município em área nobre do município. Então, uma coisa não tem nada a ver com a outra. Nós não estamos aqui, não vai colocar na minha conta, não vai colocar na minha conta o problema se o município reaver esse terreno porque isso não é problema meu. Primeiro que quem deu o terreno de forma errada foi o governo anterior. Segundo, quem assinou o TAC se responsabilizando por uma coisa que ainda dependia de votos desta Casa foi o governo atual. E terceiro, que eu fui tolhido do meu direito de fiscalizar quando eu requeri informações porque dentro do corpo do projeto está que essas pessoas que vão ser beneficiadas, esses empresários que serão beneficiados, eles têm que cumprir com as obrigações na permissão de uso, não foi nada mais do que isso que nós pedimos, o cumprimento da permissão de uso para que eles pudessem receber essa doação, eu não diria onerosa, eu diria generosa. Então, como eu não concordo com a forma que foram selecionadas essas empresas, como o senhor mesmo sabe muito bem que não são apenas essas empresas que estão nesse projeto, são na casa de quase cem empresas que foram beneficiadas, entre empresas... mais a



permissão de uso que está prevista para vim para esta Casa, agora vão entrar as entidades, depois vão entrar outras instituições. Todo mundo vai vim e foi o que foi dito para nós. Então, isso aí é só o primeiro passo de uma série de outras doações generosas que serão feitas pelo Executivo. Como eu não concordo com o processo como ele está sendo conduzido, me valendo do direito de votar ou de me abster, de votar a favor ou de votar contra, é que eu sou contra qualquer coisa que envolva esse processo, e não me sinto nem um pouquinho responsável por nada. Até porque a gente ouve falar muita coisa, Senhor Presidente, essa semana saiu no jornal, aí está lá a foto do bonito falando que está preocupado em perder a empresa dele e não sabe o que fazer. Mas na família dele tem lá o imóvel alugado a duzentos e cinquenta mil, lá a ACM, está lá. Aquele caco velho lá está parado às moscas e a prefeitura pagando aluguel, vinte mil mensal, num contrato de duzentos e poucos mil de dinheiro jogado fora. E no irmão do bonitinho que está envolvido no processo. Quer dizer, então, tem muita gente que está sendo beneficiada aí e que não tem nada de pobre coitado não. Eu sei que existem e eu conversei com alguns e faria de tudo para poder salvá-los desse imbróglio que se meteram aí. Mas não posso, às custas de salvá-los, beneficiar um bando de... Deixa eu ficar quieto que é melhor”. O vereador Silvânio Aguiar Silva falou: “Senhor vereador, eu gostaria de dizer para o senhor que eu entendo muito bem sim da questão da igualdade e da justiça. Tratar iguais como iguais e diferentes como diferentes. E o senhor incorre num erro grave quando o senhor trata o empresário que reclamou lá no mesmo bojo desse projeto. Uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa. E olha, eu vou dizer para o senhor, senhor vereador, eu também não concordo com aquele aluguel





da ACM não, de forma alguma, e já manifestei isso em alguns momentos aqui. Mas quando o senhor fala da justiça, o senhor está misturando as bolas aí”. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “eu não estou misturando não, vereador”. O vereador Silvânio Aguiar Silva disse: “perdão, senhor vereador, eu estou com a palavra. O senhor incorre, sim, no mesmo erro quando o senhor trata ele do mesmo jeito que os outros. Afinal de contas, nesse processo específico, ele está diferente. Eu quero dizer para o senhor que eu imagino que se o senhor quer tratar os diferentes aqui de forma diferente, o senhor perdeu o bonde da história. A oportunidade de colocar emenda aqui e tratá-los de forma diferente, aliás, a emenda está aqui e está claro na emenda que vocês fizeram que a gente apoiaria tranquilo, sem problema nenhum. Agora, como que o senhor faz a emenda para tratá-los diferente porque o senhor tinha informações sim, que foi lá na... O senhor mesmo citou, são palavras do senhor que estão constadas em Ata. O senhor foi na reunião lá, o senhor foi em reunião aqui, de meia dúzia, porque não fez emenda para meia dúzia então? Aí, o senhor viu tudo, fez as emendas e resolve retirar as emendas. Eu também não estou defendendo o que o senhor está dizendo que eu estou defendendo não. Eu defendo esse grupo de empresários que o senhor coloca como meia dúzia, mas que a gente sabe que não é apenas meia dúzia. E eu não descaracterizo de forma nenhuma, vereador, e eu tenho certeza de que o senhor recebeu todas essas informações, os laudos que estão no processo, que não foram feitos por um cabeça de bagre qualquer. Eu acho que nós...”. O vereador José Guedes afirmou: “foi, foi feito sim”. O Senhor Presidente falou: “vereador, ele está com a palavra. Eu estou pedindo à Sua Excelência que Sua Excelência não está com a palavra. Eu vou cassar a



sua palavra. Espere aí. Eu estou pedindo à Sua Excelência porque aqui tem que ter disciplina. Não faça isso. Eu sei que a Sua Excelência é vereador há muitos anos, não atrole o Regimento. Eu vou lhe dar a palavra agora mesmo. O senhor vai falar o que o senhor quiser. O que Sua Excelência quiser”. O vereador Silvânio Aguiar Silva registrou: “eu gostaria que se constasse na Ata, porque eu falei que esses laudos não foram feitos por um cabeça de bagre qualquer e o vereador José Geraldo Guedes disse que foi. Eu gostaria que isso ficasse muito registrado na Ata, que ele está colocando que a pessoa que fez esses laudos sobre os valores do terreno é um cabeça de bagre qualquer. Eu gostaria que isso ficasse registrado na Ata”. O vereador José Guedes disse: “eu não disse que é cabeça de bagre, eu disse que errou”. O Senhor Presidente afirmou: “vereador, ele está com a palavra, respeite. Eu já te pedi a segunda vez. A próxima vez, eu vou cumprir o Regimento no artigo duzentos e treze. Depois a Sua Excelência vai para o jornal falar que eu sou antidemocrático. Fala e se ele falar mais uma vez eu vou cassar a palavra dele”. O vereador Silvânio Aguiar Silva falou: “eu só repito mais uma vez. Eu disse ‘os laudos não foram feitos por um cabeça de bagre qualquer’. E o vereador repetiu em alto e em bom tom, para toda esta Casa ouvir, que foi. Ele falou nesse tom ‘foi’. Então beleza, isso, para mim, é foi. Eu só gostaria que ficasse registrado isso. De qualquer forma, Pastor André, eu não estou aqui... Eu estou dizendo que eu concordo com o senhor. O senhor está olhando isso aqui pelo bem público, da melhor forma possível, eu acredito que para a gente não prejudicar essa meia dúzia, que na minha opinião não é meia dúzia, para a gente não prejudicar essa meia dúzia, nós estamos perdendo aqui uma possibilidade muito grande. Ainda que, se o vereador ou



qualquer outro aqui, não concorda de estar colocando a empresa A, B ou C, que se colocasse uma emenda lá e falasse ‘olha, eu não quero a empresa X’. Pronto, está se manifestando e colocando o que ele pensa. Agora, dizer que está beneficiando meia dúzia, que é de forma diferente, e não expressar isso aqui nas emendas, eu acho que não é a forma mais interessante”. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “só deixar bem claro uma coisa. Primeiro, eu não estou aqui colocando de forma simbólica não. Meia dúzia foi o que compareceu na reunião. Segundo, essa avaliação, eu discordo dela completamente. O projeto de lei, ele é de autoria do Executivo e, pelo o que a gente tem conhecimento, não foi nem o Executivo que fez, foi o Ministério Público. Mas até aí, tudo bem. Esta Casa, se quisesse, ela poderia até encomendar uma nova avaliação para validar a avaliação feita pelo projeto encaminhado a esta Casa. Então, é prerrogativa desta Casa fiscalizar as ações do Executivo, todos os projetos que chegam aqui. Então, a minha comissão... Eu estava sendo pressionado a liberar o projeto rápido. E, se dependesse de mim, então a Casa faria uma nova avaliação. Porque, inclusive, alguns desses empresários que estavam na reunião, eles citaram essa diferença de valores de avaliação. Aonde um terreno aqui em baixo tem um valor de um jeito e lá em cima de outro, totalmente desproporcional. E eu queria até que o mesmo avalista lá arrumasse um outro terreno lá naquele valor para a gente comprar porque eu acho que até eu ia querer morar lá naquela área nobre pelo tipo de avaliação que tem dentro desse projeto. Mas isso é outra questão. A questão é a seguinte, vereador Silvânio Aguiar, como a minha comissão, ela, mais uma vez eu volto a frisar, ela foi tolhida de expressar o seu parecer, de fiscalizar esse projeto, eu me acho no direito de não votar,



independente de qualquer coisa porque, para mim, parou lá atrás. Para mim parou lá atrás, quando me tiraram... Quando não deram crédito à avaliação que a minha comissão ia fazer, eu, juntamente com o vereador José Guedes. Então, quando ali falou ‘não, eu vou nomear outro e vai ser do jeito que eu quero porque o prazo já estourou’, ‘mas não chegou o documento’, ‘mas não tem problema, o prazo estourou’, ‘mas não chegou o documento’, ‘não tem problema, o prazo já estourou’. Aí, então, eu já não vou me manifestar mais, só contrário a esse projeto”. O Senhor Presidente disse: “mas tem projetos nossos que já chegaram nessa Casa, várias vezes, e pediram documentos e não chegaram. Não foi esse não. O vereador José Geraldo Guedes disse que são vários documentos que nunca chegaram. Então, tem que pedir todos eles lá porque é muita coisa que vai ter. Encher um caminhão e mandar para cá. Agora, eu fiquei imbuído e alguns vereadores nesse projeto, exatamente porque os empresários nos procuraram, foi só por isso”. O vereador José Guedes afirmou: “quero dizer sim que o perito se enganou, está completamente enganado. Não estou com medo de falar que ele está enganado não. Sabe por quê? Sabe por que ele está enganado? Porque está protegendo os ricos e fulminando os pobres. Eu tenho isso tudo na mão, meu amigo. Vou citar só dois casos aqui. O terreno próximo do Colégio Santo Agostinho, cinquenta reais o metro. Vinte e dois mil metros quadrados. Aonde que tem isso? O meu filho foi comprar um lote ontem...”. O Senhor Presidente falou: “vereador, me dá só um aparte? Faz uma emenda e tira fora. Vereador, faz uma emenda aqui, eu voto a favor com a Sua Excelência. Essa é a desgraça do projeto, que parece que é, quando chegou em mim, eu queria tirar, pergunta à vereadora Ângela Lima, eu era o primeiro a tirar. É só fazer a



emenda e arrancamos isso do projeto agora. A Sua Excelência pode fazer que eu voto com a Sua Excelência. Obrigado pelo aparte, que foi um minuto. Obrigado. Pode continuar”. O vereador José Guedes registrou: “Senhor Presidente, só para eu não perder o raciocínio. Nesse projeto eu não quero fazer mais nada porque a prefeitura não trouxe, não mandou, de picardia, sacanagem com a nossa comissão. Se tivesse mandado as informações não estaria acontecendo essa bagunça aqui. Quero dizer para o Senhor que como... Eu vou voltar lá no meu filho. Meu filho foi comprar oitocentos metros de terreno lá para os lados de Bicalho, duzentos mil, oitocentos metros de terra lá em Bicalho, duzentos paus. Então, eu quero dizer que eu posso garantir que a maioria dos vereadores aqui estão a favor do empresário pobre porque eu não posso admitir, como vereador, um terreno próximo ao Santo Agostinho custar cinquenta e sete reais o metro quadrado. E vou citar o nome aqui do meu amigo, Edson, batalhador, para não citar outros, o do Edson é cento e oitenta e sete, ou cento e setenta e sete. Porque lá no Caic, socado lá, um barranco que deram para ele lá, que desmoronou, teve que fazer contenção. Lá, cento e oitenta, lá no Santo Agostinho, cinquenta. Eu não posso aceitar, não vou citar mais, mas tem proteção sim, o perito errou sim, errou gravemente. Não venham colocar palavras na minha boca não, não venham. Eu sei de muita coisa dos terrenos de Nova Lima, são cento e poucos terrenos. O ex-prefeito Carlinhos Rodrigues é blindado aqui em Nova Lima, ele que fez tudo isso aí. O tempo todo esse vereador batalhou isso aí porque sabia que estava errado. Então, é coisa de vinte e dois mil metros, área nobre, são quinze mil metros, são sete mil metros. Para o outro Edson lá são trezentos metros, gente. Então, erraram, o perito errou. Fui informado que o perito



não entrou em diversos terrenos, nas fábricas, tirou fotinhas de fora. Fui informado. Então, eu não queria citar aqui, mas eu vou citar uma podridão da casa do Vale do Sol. Para eu finalizar, não quero falar mais nada. Da asneira, da bagunça que foi feita com a compra daquela casa, naquela época, duzentos mil reais e...”. O Senhor Presidente disse: “vereador, mas aquilo está na justiça lá para resolver. Nós estamos discutindo o projeto dos empresários”. O vereador José Guedes afirmou: “sim, eu sei que está, foi a pedido meu. Só para terminar, eu quero só citar como é que o ex-prefeito errou ao fazer as permissões de uso”. O vereador Flávio de Almeida falou: “Senhor Presidente, questão de ordem, o ex-prefeito não está no projeto, ele não está no bojo. Esta Casa não pode permitir isso. O Senhor não pode permitir isso. O ex-prefeito não está no projeto”. O vereador José Guedes informou: “eu estou com a palavra”. O Senhor Presidente registrou: “é o que eu estou tentando, vereador Flávio, explicar para ele que nós não estamos discutindo, isso está na justiça, vai ser resolvido, vereador. Discute o projeto, em cima do projeto, por favor. Estou lhe pedindo para discutir em cima do projeto”. O vereador José Guedes disse: “isso é em cima do projeto. Esse terreno está inserido no projeto aí. Esse terreno que eu estou falando, ele está inserido aí. Está na justiça, mas a justiça é morosa no Brasil. Então, para finalizar, o perito está errado ao avaliar um terreno igual ao do Santo Agostinho... Aliás, dos dezesseis tem quatro aqui dos ricos, tudo está mais barato do que os dos pobres. Eu não posso concordar com isso”. O vereador Gilson Antônio Marques afirmou: “eu queria fazer coro com a palavra do vereador Flávio, também do vereador Silvânio que falou ainda há pouco e dizer um pouco mais. Ainda há pouco o vereador Fausto fez um comentário, aí no fundo, que a



gente devia sentar, conversar e chegar nesse Plenário decidido para fazer o melhor por Nova Lima. Eu quero, aqui, concordar com as palavras dele e dizer que essa disputa de poder que está acontecendo nesta Casa de uns dias para cá, ela está inescrupulosa, ela está sacrificando o nosso cidadão e parando o caneco para beber o sangue. Mas isso vai ter um preço e muito alto. Eu só queria deixar esse alerta. Parabenizar a postura do vereador Fausto e compactuar com os meus dois colegas que fizeram a fala aí”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “Senhor Presidente, é lamentável a gente chegar no ponto que nós chegamos e hoje assistir aqui a abstenção de vereadores, cujos vereadores eu recebi telefonemas para perguntar se eu reuniria com os empresários porque vinte e quatro vezes estava massacrando os empresários, que eles tinham que ter um prazo maior para pagar. Vereador que criticou o projeto, falando que os pequenos empresários não poderiam pagar de vinte e quatro vezes, nem de quarenta e oito vezes, nem de cem vezes. E aí, agora, se abstém da votação da emenda que aumenta o número de parcelas para que esses pequenos empresários, que nós estamos falando aqui com os nossos discursos que nós estamos defendendo os pequenos empresários, mas não votamos as emendas, retiramos as emendas e não colocamos emendas. Logo que esse projeto chegou na Casa, nós recebemos uma notícia que a Promotora não aceitaria nenhuma emenda, que ela queria que votasse o projeto do jeito que o prefeito mandou, que ela não aceitaria nenhuma emenda. Nós criticamos a Promotora, falando quem é a Promotora para mandar nesta Casa, emenda é para o vereador fazer, isso aqui é função do vereador. E, lamentavelmente, nós assistimos isso aqui, depois de várias reuniões com os empresários, depois de vários discursos a favor



de empresários, empresários que pegaram um terreno que era barranco. E hoje nós chegamos nesse desfecho, Senhor Presidente. É, realmente, lamentável que esta Casa tome essa decisão. Eu vou fazer coro às palavras do vereador soldado Flávio, do vereador Silvânio Aguiar. Silvânio Aguiar que foi um batalhador junto com os empresários. Então, a gente fica triste, sabe, Senhor Presidente? Fica triste. Então, nós vamos votar um projeto para os empresários pagarem em apenas vinte e quatro meses. Eu espero que os vereadores que tiveram a oportunidade de votar a emenda ou de colocar emenda reconheçam o erro que estão cometendo com esses empresários”. O vereador Flávio de Almeida registrou: “Senhor Presidente, primeiro sair em defesa do governo petista, que saiu e foram os últimos governos. Dizer que cessão de uso, para aquele que entende e consegue ler, é de direito do prefeito até a época. Então, o prefeito não errou em nada, ele acertou em tudo. Ele acertou. É tanto que ele foi absolvido já no primeiro e vai ser absolvido nos outros. É de direito. Ou então ninguém concorre à uma vaga e uma cadeira da prefeitura. Quem discorda disso fica sentadinho em casa, está certo? A segunda coisa, Senhor Presidente, esta deve ser a única Casa que eu conheço, que quando faz leis ou pratica o ato de fazê-las diz pobre ou rico, A ou B. Não se faz leis para atingir A ou B, se faz leis que atinge todos. Por isso que a gente está no território brasileiro. Você não faz lei para o meu vizinho, para o da direita, da esquerda, não. Você faz leis que atinja a maioria dos nova-limenses ou dos brasileiros, assim por diante. Então, esta Casa continua praticando o mesmo erro. O erro de simplesmente falar por falar ou, então, se perder no belo discurso da vida e sair batendo em quem não está presente para se defender. Queira eu ter essa cultura de sair batendo porque eu





poderia falar de governos passados, falar e provar. Mas eu não o faço, sabe porque, Senhor Presidente? Porque, as vezes, a gente olha, sentado aqui, tem filho de políticos que passaram por aqui. Então, você atinge a todo mundo. Então, o dia que essa Casa adquirir o hábito de respeitar, aí você tem que buscar na cultura, tem que buscar no berço. Aí falta. Então, Senhor Presidente, eu não vou admitir que fale do meu partido ou do meu governo porque o meu governo é bom demais. Eu já falei antes, ele fez um fundo político. Voltar? Para quê? Para a gente ter o mesmo hábito? Então, o meu partido é bom demais, é bom para todo mundo, por isso que se bate, porque ele reconstruiu esse país e colocou Nova Lima na linha. É o governo que mais obra fez. Querendo ou não querendo, aceitando ou não aceitando, vai ter que dormir com as obras que nós fizemos porque é aonde parou Nova Lima”. O vereador Silvânio Aguiar Silva disse: “Senhor Presidente, quando o vereador fala que o pessoal não leu o projeto e aí a gente fica triste e vê que realmente não leu. Foi falado por um vereador aqui que o valor unitário daquele terreno lá do hospital seria cinquenta reais ou qualquer coisa perto disso. Está na Ata aí, com certeza. Ele não falou a verdade. O documento está aqui. Cento e cinquenta e dois vírgula dezessete o metro quadrado. Então, não é o preço que algum vereador aqui falou. Eu não quero citar nome, mas eu tenho certeza que todo mundo aqui ouviu em alto e bom tom o valor que a pessoa falou. Não é, é cento e cinquenta e dois e dezessete”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “só para deixar registrado aqui que o vereador Silvânio Aguiar conhece muito bem sobre essas permissões de uso porque ele fazia parte da pasta de desenvolvimento. Inclusive, o senhor que é tão ético, o senhor que sempre procura ser tão correto, dentro deste



processo, dentro desse projeto, até pelo fato de o senhor ter feito parte da pasta, eu, no seu lugar, me absteria de votar e de participar desse projeto, desse processo porque o senhor estava na pasta de desenvolvimento do governo que fez essas doações”. O vereador Silvânio Aguiar Silva falou: “Senhor vereador, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico orientava os processos, os que passavam pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico. E eu voto aqui com a maior tranquilidade porque quem participou desse processo sabe da lisura que ele teve. Então, eu voto com a maior tranquilidade. Se a lei me permite eu voto, eu já falei mais de uma vez aqui, consciência é a única coisa que você leva para casa e deita no travesseiro com você. Eu volto a falar, eu tenho dormido muito bem, graças a Deus”. O Senhor Presidente registrou: “realmente, eu... São papéis, xerox e eu não posso afirmar nem esse e nem aquele. Desculpe, vereador. Ele está trazendo um papel aqui de cento e cinquenta e dois ponto dezessete. E ali está como cinquenta e um. Então, é complicado porque na realidade...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse: “a Casa teria que fazer uma avaliação”. O Senhor Presidente afirmou: “não, na realidade para saber exatamente qual que é”. O vereador André Luiz Vieira da Silva falou: “a Casa poderia fazer uma auditoria”. O Senhor Presidente registrou: “então, estou dando uma sugestão aqui, se alguém quiser acolher ela. O vereador Gilson deu uma sugestão ali, parece que foi a Sua Excelência que deu uma sugestão, não foi? Que a gente pudesse, é evidente se os vereadores quisessem, parar uns três minutos, cinco, para a gente tirar até esse imbróglio aqui, para ver qual que está certo”. O vereador José Guedes disse: “isso aqui é um documento oficial da Promotora”. O Senhor Presidente afirmou: “e eu de início, queria... Eu não sei



se os vereadores concordam, querem ou não? Que pare a reunião por cinco minutos, sugestão do vereador Gilson Marques”. O vereador André Luiz Vieira da Silva falou: “não, Senhor Presidente. Semana passada a gente pediu cinco minutos, houve o desentendimento, até expliquei qual foi o desentendimento aqui, aí foram para a televisão, chamaram a gente de tudo quanto é nome, falaram um monte de coisas. Vereador tem o direito de estar nesta Casa. Quantas vezes aqui vereador já se levantou e já foi embora, por diversas vezes a gente discutindo assunto importante aqui e vereador se levantou por conveniência, por convicção político-partidária. Cada um tem... Como o próprio vereador falou aqui, cada um tem a sua consciência e a nossa cabeça é o nosso guia, essa é a verdade. Então, no meu caso agora, para mim não faz diferença nenhuma”. O Senhor Presidente registrou: “eu estou só consultando o Plenário. É proposta do vereador, não é, Gilson? Cinco minutos? Alguns vereadores concordam em parar um pouquinho? Porque até pode-se fazer uma proposta, que é o que eu penso, me parece que a disparidade nesse negócio do Santo Agostinho, eu me lembro, não sei com qual... Foi com a vereadora Ângela que eu comentei, não foi? Eu vou entrar com uma emenda para tirar esse terreno. Aí depois acabou que não entramos num acordo para tirar, para não tirar, mas pode entrar em Plenário e arrancar ele gente, se quiserem”. O vereador José Guedes comunicou: “Senhor Presidente, o disparate aqui não é só o Santo Agostinho não. Tem mais, são quatro”. O Senhor Presidente disse: “grifa aí e quem sabe ali em cinco minutos vocês conseguem entrar em um entendimento?”. O vereador Flávio de Almeida afirmou: “Senhor Presidente, é só fazer uma emenda e tirar, colocar o valor, colocar os números. É isso, a Câmara faz é isso”. O Senhor Presidente falou:



“são quatro terrenos? Aí a gente consegue votar os terrenos deles lá. São quatro? Eu não sei, o vereador que falou que são quatro. Grifa eles aí, se são quatro, cinco ou três. Em cinco minutos ali atrás a gente sabe. Se a gente entrar em um entendimento para tirar os cinco, quatro ou três, a gente arrisca tirar. Ou não? Agora, quero saber se vocês estão disponíveis para conversar, se não estiverem, vou acabar com o projeto, vou votar e acabar com isso porque a gente faz um esforço danado e... Os vereadores que concordam com eu levantar a reunião por cinco minutos, que concordam, permaneçam como estão. O que não concorda levanta. O que concorda com a reunião permaneça sentado. Para quê que eu vou fazer reunião? Não há necessidade”. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “é porque semana passada quando a gente foi, foi só a gente”. O vereador Flávio de Almeida disse: “Senhor Presidente, o Senhor tem dois caminhos, ou pôr para votar e conhecer a Casa ou retirar, pedir vista. Não tem outro caminho mais não”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “não cabe vistas mais não”. O vereador Flávio de Almeida falou: “não cabe? Melhor ainda, só tem um caminho. O vereador André está lendo mesmo”. O Senhor Presidente registrou: “como é?”. O vereador Flávio de Almeida disse: “é só um caminho”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “palavras do Presidente”. O Senhor Presidente falou: “vereadores, eu vou falar pela última vez. Vocês me desculpem, mas eu tenho que falar. Se vocês quiserem, grifa o que tem que tirar, é só isso. Quem sabe, tirando aí o que vocês entendem que é coisa que não tem condição, senta ali atrás e vê se entende. Se não se entender, aí eu ponho aqui para votar, rejeitou, acabou. Se é isso também que a parte de vocês entende democraticamente”. O vereador Flávio de Almeida registrou:



“Senhor Presidente, o Senhor tem dois caminhos, ou pôr para votar ou, então, seguir o artigo duzentos e quarenta e um”. O Senhor Presidente indagou: “como é que é?”. O vereador Flávio de Almeida respondeu: “o Senhor tem dois caminhos, continua com dois caminhos: põe para votar ou pede adiamento de votação. Vamos votar então?”. O Senhor Presidente disse: “gente, então, vou pôr em votação”. O vereador Gilson Antônio Marques afirmou: “Senhor Presidente, eu só queria expressar a minha opinião. Coloque em votação, cada um faz a parte que a sua consciência mandar”. O Senhor Presidente falou: “só estou lembrando que eu fiz tudo para não acontecer isso aqui. O projeto está sem as emendas que foram rejeitadas e ele está entrando, de acordo com os interstícios e pareceres que já foram lidos, os interstícios foram dispensados. Ele está entrando em sua primeira discussão e votação”. O vereador André Luiz Vieira registrou: “eu voto contra. É discussão ou votação?”. O Senhor Presidente disse: “eu disse discussão”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “e votação”. O Senhor Presidente falou: “primeiro eu falei que eu estou pondo em discussão e sua primeira votação. Então, eu volto, primeiro ponho em discussão, depois eu falo a votação, sua primeira votação. Está em sua primeira discussão”. O vereador José Guedes registrou: “Senhor Presidente, justificativa de voto. Eu, só para ser curtinho, vou repetir aqui, nós pedimos as informações, só que a prefeitura nos negou o tempo todo, não só essa informação, não somente esse projeto. A prefeitura negou o tempo todo. Doze anos pedindo e a prefeitura negando. Mandando aqui, a gente colaborando, votando de última hora. Só que a Câmara, hoje, ela chegou... Ela cansou. Quantos e quantos vereadores falaram aqui, comentaram que nós não íamos votar a toque de caixa? E então, hoje, a



Câmara conscientizou que nós não vamos votar sem informações. Para finalizar, o Instituto Mineiro, cinquenta e um reais. Locaminas, cento e cinquenta e nove reais. Escava, cento e quarenta e um reais. Então, são terrenos bem localizados, que o Senhor conhece, o Senhor conhece Nova Lima toda, as áreas de Nova Lima. O Senhor sabe que essas áreas aqui são valorizadas pra caramba. Então, eu não me sinto à vontade de votar nesse projeto. Então, enquanto não regularizar isso aqui, eu não voto”. O vereador Gilson Antônio Marques disse: “Senhor Presidente, eu sugiro que o Senhor coloque em votação do jeito que ele está porque a Constituição é muito clara. Todo e qualquer cidadão que se sinta endividado, ele tem o direito de recorrer à justiça e renegociar a dívida. Então, vota do jeito que está. Se ele não aguentar pagar em vinte e quatro meses, ele para de pagar e briga na justiça”. O Senhor Presidente afirmou: “tá, mas antes de eu pôr em votação, eu já pus em discussão. Eu vou fazer uma emenda antes porque não pus em votação ainda, retirando, emenda minha, a área que se diz cinquenta metros do Colégio Santo Agostinho, exaurindo do projeto. Essa emenda eu vou consultar o Plenário, se ele concordar, aí eu ponho o projeto em votação. Baseado mais ou menos nisso. Retirando do projeto a área hospitalar, que é de vinte e dois mil metros. Tirando, porque até no início eu sabia que isso era alguma coisa que poderia deixar para frente e ter alguma discussão mais ampla porque é hospital, porque é benefícios para a cidade. Eu estou pondo uma emenda verbal dentro do projeto 1.488/2014. Os vereadores que concordam com essa emenda, exaurindo do projeto, se eles concordam, permaneçam sentados com a emenda”. O vereador André Luiz Vieira da Silva falou: “eu me abstenho”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio registrou: “eu me abstenho,



Presidente”. O vereador Leci Alves Campos disse: “eu me abstenho”. O vereador Fausto Niquini Ferreira afirmou: “eu me abstenho, Senhor Presidente”. O vereador José Guedes falou: “eu me abstenho”. O Senhor Presidente registrou: “ela foi rejeitada porque tinham que ser seis votos. A minha parte eu fiz. O projeto está em votação, está em discussão, já foi feita sua primeira discussão. A minha emenda foi rejeitada. O projeto está em votação, os vereadores que concordam, em sua primeira votação, permaneçam como estão”. O vereador Leci Alves Campos disse: “Senhor Presidente, eu me abstenho da votação”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “eu voto contra”. O vereador José Guedes falou: “eu voto contra”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio registrou: “eu me abstenho, Presidente”. O vereador Fausto Niquini Ferreira disse: “eu me abstenho, Senhor Presidente, da votação”. Projeto rejeitado por dois votos contrários, três abstenções e cinco votos favoráveis. O Senhor Presidente afirmou: “o projeto não passou, precisava de seis votos. Certo? E nem na sua primeira votação. Como eu deixei por último para fazer um comentário, para eu encerrar. Eu só vou dizer o seguinte: quando algum vereador citou que tem vários lotes aqui dentro e veio, falou negócio de Carlinhos Rodrigues, casa de duzentos mil não sei onde, para cá, para lá, isso não está nem aqui, isso não tem nada a ver com isso aqui. Se tiver, está na justiça para resolver ali. Agora, oh gente, cento e vinte pessoas o supermercado dá. Uai? Na época em que eu fui vereador em dois mil, o vereador Flávio foi vereador comigo, está cheio de projeto de doação de terreno do prefeito anterior, o prefeito do DEM que deu e que ninguém fez nada. Inclusive, tem um sargento da polícia, ele está lá até hoje, alugando o terreno lá. Mas é muito terreno, se fizer uma triagem, é muito. Descendo



para o Bela Fama, tem gente aí que sabe. Ronaldo Faria está ali, ele sabe porque ele estava na Câmara aqui. Eles não fizeram nada naquele governo, absolutamente nada. Mas é do DEM, e do DEM. Não fizeram nada. Agora vem aqui reclamar de uma loja que dá cento e vinte empregos. O dono do BH devia pôr cento e vinte pessoas aqui para alguém arrumar emprego para eles no outro dia porque Nova Lima está sem emprego. Nova Lima está um caos. As construtoras pararam porque não se aprovava nada ali. Eu passei por aquele governo três vezes, tirei o Secretário de Planejamento para ver se andava, exonerei três vezes o Gabriel Gobbi, estou falando, nada pessoal contra ele, pessoal contra o trabalho que ele praticava. Exonerei o senhor Roberto Messias três vezes, nada pessoal. Porque não andava nada, absolutamente nada. Nova Lima está sem emprego. A hora que cair gente na rua aí, não importa, eu fiz a minha parte. Tentei tirar uma área que eu acho injusta. Tem que discutir mais essa área do hospital, são vinte e dois mil metros. Ela não vale cinquenta nem cento e cinquenta não, ela vale mais. Mas tem que discutir. Fiz tudo o que eu podia para tirar ela aqui; não quiseram. Querem é obstruir a votação, não fazer nada. E conseguiram. E vocês, empresários, podem lembrar que esse vereador aqui, eu tenho certeza que todos esses, trabalharam para fazer alguma coisa. Estou falando isso, um desabafo aqui porque, como disse o vereador Silvânio, para quê puseram emenda então nesse papel? Não pusesse. Porque a nossa emenda foi posta aqui dentro para ser votada, não é para brincar com vocês não. Foi posta aqui para ser votada. Depois vem um papo furado aí que João, Pedro... Eu acabei de falar aqui, entra ali, procura os quatro que é e vamos tirar os quatro e vamos atender o povo. Não quiseram também. É o que o vereador Flávio falou que foi muito feliz, a





Casa hoje é política. O povo de Nova Lima, eles pensam sabe como? Que se danem nós de Nova Lima. A Casa hoje está sendo política e eu não sou político. Eu estou aqui nesta Casa há dezesseis anos, nunca pratiquei politicagem aqui dentro, nunca. Se é para o bem de Nova Lima, eu voto para o bem de Nova Lima. O vereador Flávio foi muito feliz quando ele falou que o problema aqui não é votar o projeto ou não; o problema é política e é verdade. E é mais natural, é claro que isso é natural porque não posso condenar os vereadores da outra parte porque, primeiro, o voto é soberano, é deles. Estou só defendendo o meu voto, que é uma justificativa. O voto é soberano. Voto a gente tem que respeitar. Eu não citei o nome de nenhum vereador, mas a gente tem que respeitar. Se eles entendem que é dessa forma, é dessa forma. Estou fazendo a defesa desse vereador aqui. Então, gente, fiz a minha parte. Podem saber, vou para a minha casa com a minha consciência tranquila porque estou aqui há quase um mês lutando com isso e não consegui”. O vereador André Luiz Vieira da Silva falou: “na verdade, é um pouco incoerente falar que nesta Casa não se faz política. Existe uma diferença muito grande entre política e politicagem e esta Casa é uma casa de política porque ela é formada por políticos. Então, eu faço política com muito prazer dentro desta Casa porque fui eleito como político. E eu quero deixar claro que eu não concordo com esse projeto e o processo como ele foi conduzido, mas nada, e isso é bom que todos os empresários, os que estão aqui. Se for observar os que estão aqui, são justamente esses que são os mais necessitados. Em geral, os mais beneficiados nem aparecem aqui, acho que eles nem conhecem o caminho daqui da sede. Aí, o que acontece? Esse projeto pode muito bem ser retornado. Nós estamos no final do ano, ano que vem ele pode voltar



desmembrado, ele pode voltar em grupos, ele pode voltar individualmente. Ele pode voltar e esta Casa analisar, se ele estiver sendo conduzido da forma correta. Então, nada foi... não significa... estão fazendo um estardalhaço dizendo ‘acabou o mundo’. Não tem nada disso. Nós estamos no final do ano, no ano que vem se o Executivo quiser enviar esse projeto de novo para esta Casa, ele está à vontade para enviar e esta Casa vai, de novo, levantar a discussão. E ele pode também enviar já com esta suposta emenda já embutida no projeto; ele pode fazer tudo isso. Era essa a minha colocação”. O vereador Fausto Niquini Ferreira registrou: “vou dizer para o senhor, Senhor Presidente, hoje eu vou dormir muito tranquilo porque... Eu só não consigo entender, então, eu tenho amigos empresários que me procuraram, mas eu discordo realmente com essa tabela aqui, viu Senhor Presidente, eu não concordo. Isso aqui, realmente, eu não consigo entender. Agora, vocês podem ficar tranquilos, senhores empresários, que a partir de fevereiro, se Deus quiser, nós vamos sim com calma... Inclusive, vamos lá sentar com o prefeito, vereadores, empresários, vamos discutir melhor isso aqui. Vocês podem ficar tranquilos, não precisam mandar nenhum funcionário embora. Eu estou muito tranquilo. Vamos discutir com calma”. O Senhor Presidente disse: “eu ia chamar você para secretariar, mas parece que não vai dar tempo”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “o que é isso, Senhor Presidente? A reunião não acabou e vocês vão abandonar? Vocês xingaram tanto a gente porque a gente abandonou na semana passada”. O vereador Flávio de Almeida falou: “Senhor Presidente, a reunião quando chega no momento dos requerimentos, eu estou indo embora, porque requerimento é algo pessoal. A Casa tem a primeira e a segunda parte, no requerimento é algo pessoal.



Como eu não tenho nenhum requerimento, estou fazendo uso de um direito e indo embora. E como eu respeito todo mundo, eu queria também implorar à Casa que me respeitasse”. Os vereadores Flávio de Almeida, Gilson Antônio Marques, Maria Ângela Dias Lima Pereira e Silvânio Aguiar Silva saíram do Plenário. O vereador Leci Alves Campos passou a atuar como Secretário Ad Hoc conforme solicitação do Senhor Presidente. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer que esta respeitosa Casa envie Moção de Aplausos à ONG VerdeNovo em nome de seus representantes Sr. Paulo Henrique Damasceno dos Santos (Paulinho) e Sra. Deli Maria Bianchetti dos Santos, pela excelência nos trabalhos realizados junto à comunidade nova-limense para o desenvolvimento humano. Aprovado, seis votos. O Senhor Presidente informou: “próximo requerimento e último porque foram retirados os requerimentos dos vereadores que saíram da Casa. Fiz questão de ficar, viu vereador, para dar quórum”. 2) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer ao Senhor Prefeito Municipal a instalação da decoração de natal na Praça Nossa Senhora das Mercês, no Bairro Cruzeiro. Aprovado, seis votos. 3) Do vereador Fausto Niquini Ferreira: Requer à Mesa Diretora envie moção de pesar que visa transmitir votos à família enlutada da Sra. Maria Beatriz Gomes de Matos. Aprovado, seis votos. 4) Do vereador Fausto Niquini Ferreira: Requer ao Prefeito Municipal que regulamente a Lei nº 2.475 de 17 de outubro de 2014. Aprovado, seis votos. 5) Do vereador Fausto Niquini Ferreira: Requer ao Poder Executivo informações sobre o cronograma de obras da Policlínica do Jardim Canadá e o motivo pelo qual as obras estão paralisadas. Aprovado, seis votos. O vereador Fausto



Niquini Ferreira propôs requerimento verbal: “requieiro à Mesa que seja enviada moção de aplausos à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, extensiva a todo o seu quadro de servidores, em nome de sua Secretária Letícia Araújo, pela brilhante solenidade realizada no Teatro Municipal, dia 25/11, em virtude da premiação dos Destaques Esportivos 2014. Neste sentido peço aos nobres colegas que aprovem comigo esta moção”. Aprovado, seis votos. O vereador Leci Alves Campos propôs requerimento verbal: “eu gostaria de fazer um requerimento verbal, prezados vereadores, é uma moção de pesar à família do Ronim, conhecido como Ronim do Lava a Jato, cuja sua mãe, Dona Irani, faleceu na data de hoje. Eu gostaria de fazer o registro e a solicitação que vocês aprovem uma moção de pesar”. O vereador Leci Alves Campos permitiu que o vereador Alessandro Luiz Bonifácio assinasse a moção. Aprovado, seis votos. O vereador Leci Alves Campos registrou: “eu gostaria que a gente registrasse em Ata os meus cumprimentos pessoais à Vossa Excelência, uma vez que o senhor citou lá dentro, na sala do café, que o senhor está analisando e verificando já a possibilidade que façamos a Resolução para o pagamento do abono de Natal para os funcionários desta Casa. Eu acho muito bacana por parte de Vossa Excelência porque ano passado o senhor teve esta ideia, foi aprovado pela Casa e, quem sabe, que repita neste ano de 2014”. O Senhor Presidente disse: “vamos fazer a Resolução sim. Com certeza a concluimos na terça-feira que vem. Antes de encerrar a reunião, eu queria só comunicar no Plenário que eu estou encaminhando à funcionária Rúbia que faça a distribuição porque eu recebi um indiciamento do Ministério Público e estou constituindo uma Comissão para investigação. Estou fazendo. Eu não precisava fazer com o Plenário com



quórum não, eu podia fazer, o Regimento me dá esse poder. Queria que a senhora entregue aos vereadores que estão aqui, que são três. E que eles tomem providências. Guarda o protocolo para mim”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. \_